

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8003017-24.2022.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros

PACIENTE: GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS

IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador, 14ª Vara Criminal

Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra

EMENTA. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA E EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. DESNECESSIDADE DA CUSTÓDIA. ARGUMENTOS INSUBSISTENTES. DECISÃO AMPARADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROCESSO QUE ATENDE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 11.03.2022. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

I – Paciente preso em 16.08.2021 pela suposta prática de crime de roubo majorado com emprego de arma de fogo, que busca, neste Writ, a concessão da sua liberdade, em razão da ausência de fundamentação idônea da Decisão Preventiva e do excesso de prazo para formação da sua culpa.

II – Decreto concretamente fundamentado na reiteração delitiva, eis que indica que o Paciente responde a outra Ação Penal, na qual que foi condenado. Assim, beneficiado pela justiça, livrando-se solto em um processo, voltou a se envolver em outro delito.

III – O entendimento dos Tribunais revela-se nesse sentido: “4. No que se refere à alegada ausência de contemporaneidade, não assiste razão o agravante, haja vista que, apesar do fato criminoso ter ocorrido em 2013, o acusado continuou praticando outros delitos, ensejando outras ações penais, inclusive condenações, até o momento em que foi preso, em

19/2/2021, de modo que ainda subsistiria o periculum libertatis, o que afasta a tese de ausência de contemporaneidade. Precedentes. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 684.839/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/2021, DJe 26/11/2021).

V – O excesso de prazo para formação da culpa não restou evidenciado, considerando as circunstâncias e especificidades do caso em concreto. Segundo os autos, a Denúncia foi recebida em 27.08.2021. A citação pessoal ocorreu em 03.11.2021. Houve pedidos de revogação da custódia preventiva que foram indeferidos em duas oportunidades, em 13.11.2021 e 07.02.2022. Posteriormente, houve designação de audiência para o dia 11.03.2022 a comprovar que o feito vem tendo regular andamento.

VI – Parecer Ministerial pela Denegação da Ordem.

VII – Ordem Denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8003017-24.2022.8.05.0000, do Juiz de Direito da Juiz da 14ª Vara Criminal Comarca de Salvador/BA, sendo Impetrante a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, e, Paciente, GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS.

ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em DENEGAR A ORDEM. E assim decidem, pelas razões a seguir explicitadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA

DECISÃO PROCLAMADA

Denegado Por Unanimidade
Salvador, 29 de Março de 2022.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8003017-24.2022.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros

PACIENTE: GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS

IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador, 14ª Vara Criminal

Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra

RELATÓRIO

Cuida-se de Habeas Corpus, impetrado em favor de GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o douto Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Salvador/BA (Processo 1º Grau nº 8003017-49.2021.8.05.0001).

Extraí-se dos autos que o Paciente encontra-se preso pela suspeita da prática de delito previsto no artigo 157, § 2º-A, I, do Código Penal.

Em suas razões, alega a configuração de constrangimento ilegal em desfavor do Paciente por ausência de fundamentação idônea do Decreto Preventivo e pelo excesso de prazo para formação da culpa.

Pugnou pela concessão da ordem, in limine, para fazer cessar o constrangimento ilegal, no sentido de revogar a prisão preventiva decretada, com ou sem aplicação de medida cautelar diversa da prisão. Ao final, a concessão definitiva da ordem.

Com a inicial foram juntados documentos.

A liminar foi indeferida, ID 2433309.

Foram prestadas as informações judiciais, cf notícia link de acesso fornecido.

A Procuradoria de Justiça, em Parecer, manifestou-se pela DENEGAÇÃO da Ordem (ID 249411096).

É o relatório.

Salvador/BA,

Des. Pedro Augusto Costa Guerra – 1ª Câmara Criminal – 2ª Turma
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8003017-24.2022.8.05.0000

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros

PACIENTE: GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS

IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador, 14ª Vara Criminal

Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra

VOTO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de provimento liminar, em benefício de GEISNEY PEREIRA DOS SANTOS, acusado da prática de crimes previstos no artigo 157, § 2º-A, I, do Código Penal, requerendo concessão da liberdade, por ausência de fundamentação idônea do Decreto Preventivo e por excesso de prazo para formação da culpa.

Na decisão que decretou a Prisão Preventiva, o Juízo a quo afirmou o seguinte:

” Examinando-se os presentes autos, verifica-se a existência de indício suficiente acerca da autoria e da materialidade através dos depoimentos dos policiais militares de fls. 06/11, da vítima às fls. 12, do auto de exibição e apreensão às fls. 20, e do interrogatório do Flagranteado às fls. 14/15, no qual ele confessa a prática do delito.

Ademais, em consulta ao Sistema E-saj, encontramos registro de antecedentes criminais em desfavor do Flagranteado, conforme a certidão acostadas às fls. 33, referente a uma sentença penal condenatória

transitada em julgado, tombada sob o nº 0502892-11.2017.8.05.0001, proferida pela 12ª Vara Criminal, quanto ao crime de roubo majorado, através da qual foi condenado ao cumprimento de pena de 9 anos de reclusão em regime fechado, antecedente este que não foi suficiente para a contenção da continuidade da sua conduta delitiva, demonstrando uma tendência à reincidência penal e concretizando um efetivo risco à ordem pública que gera perigo no seu estado de liberdade. (ID 24264899).

Segundo as Informações prestadas:

“O paciente foi preso em flagrante em 16 de agosto de 2021, com conversão subsequente em prisão preventiva, e acusado por denúncia datada de 23 de agosto de 2021 pelo delito de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo.

(...)

Em 31 de janeiro de 2022, a Defensoria Pública apresentou a resposta inicial.

No último dia 07 de fevereiro de 2022, foi mantida a preventiva, em nova revisão nonagesimal:

(..)

Na mesma decisão, foi determinada a inclusão do feito em pauta de audiência, o que depende de interlocução com a unidade prisional, haja vista a modalidade utilizada ser a virtual.

Pois bem.

Consta dos autos que “que em 16 de agosto do ano de 2021, por volta das 06h10min, a vítima ADELSON SOUZA SANTOS, motorista do aplicativo UBER, estava trabalhando com o seu veículo marca/modelo Chevrolet/Cobalt, p.p. XXX, momento em que recebeu uma solicitação pelo aplicativo para buscar um suposto passageiro no bairro do Cabula e leva-lo até a Rua Parambu, bairro de Luís Anselmo, Brotas, nesta Capital. Então o ofendido foi até o local indicado pelo aplicativo, onde o ora denunciado embarcou e a viagem foi iniciada. Chegando ao local de destino, Rua Parambu, bairro Luís Anselmo, região de Brotas, nesta Capital, a vítima foi surpreendida pelo ora denunciado que, mediante grave ameaça, com o uso de arma de fogo do tipo revólver, calibre .38, marca Taurus, n.º de identificação 274701, anunciou o crime de roubo e exigiu que ela saísse do banco do motorista e passasse para o banco do carona. Amedrontado, o ofendido obedeceu à determinação do ora denunciado e este assumiu a condução do veículo. Ato contínuo, a vítima avistou uma viatura da Polícia Militar, e, diante disso, entrou em luta corporal com o ora denunciado, tentando tomar a arma de fogo, e assim conseguiu chamar a atenção da guarnição policial. “. (ID 24264899).

Do detido exame dos autos, entendo que a Decisão impugnada está fundamentada em dados concretos, eis que o Juízo a quo indica expressamente a reiteração delitiva, nominando o processo a que responde o Paciente a indicar a real necessidade da prisão, notadamente por estarem ausentes os requisitos para a concessão de sua liberdade.

O Juízo a quo noticia, no Decisum Preventivo, o “registro de antecedentes criminais em desfavor do Flagranteado, conforme a certidão acostadas às fls. 33, referentes a uma sentença penal condenatória transitada em julgado, tombada sob o nº 0502892-11.2017.8.05.0001, proferida pela 12ª Vara Criminal, quanto ao crime de roubo majorado, através da qual foi condenado ao cumprimento de pena de 9 anos de reclusão em regime fechado, antecedente este que não foi suficiente para a contenção da continuidade

da sua conduta delitiva”.

Isto não bastasse, o fato de se envolver em outro delito, estando solto, comprova sua periculosidade e a possibilidade concreta de reiteração delitiva.

Daí porque não se há de falar em Decreto carente de fundamentação.

O envolvimento do Custodiado, claro, deverá ser analisado pela autoridade de primeiro grau, com base no regramento do Estado Democrático de Direito, tendo como premissa a ampla defesa e o contraditório, mas é de notar-se a necessidade de maior cautela para averiguação dos fatos narrados.

Destaque-se, a respeito do tema, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“Na segregação cautelar para a garantia da ordem pública, a fundamentação levou em consideração, em especial, a gravidade concreta do delito praticado (modus operandi), os maus antecedentes (condenações por roubo, homicídio, tráfico de drogas, dentre outras)

e o fato de o paciente ser supostamente membro de organização criminosa.

IV – Assente nesta Corte Superior que, “se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade” (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014)? (HC n. 452.353/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares Da Fonseca, DJe de 14/2/2019).

V – Devidamente fundamentada a prisão preventiva nos parâmetros do art. 312 do Código de Processo Penal, inviável a sua substituição por medidas alternativas: “Por idênticas razões, as medidas cautelares diversas da prisão não constituem instrumentos eficazes para obstar a reiteração da conduta delitiva” (HC n. 372.748/CE, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 24/5/2017).

Habeas corpus não conhecido.

(HC 703.493/RS, Rel. Ministro JESUÍNO RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDF), QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2021, DJe 15/12/2021).

É entendimento do Superior Tribunal de Justiça ? STJ que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não impede a decretação da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

3. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos graves.

4. No que se refere à alegada ausência de contemporaneidade, não assiste razão o agravante, haja vista que, apesar do fato criminoso ter ocorrido em 2013, o acusado continuou praticando outros delitos, ensejando outras ações penais, inclusive condenações, até o momento em que foi preso, em 19/2/2021, de modo que ainda subsistiria o periculum libertaris, o que afasta a tese de ausência de contemporaneidade. Precedentes.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 684.839/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/2021, DJe 26/11/2021)

“Na hipótese, a decisão que impôs a prisão preventiva destacou que o recorrente ostenta”diversos registros policiais e judiciais, demonstrando

reiteração em práticas delituosas". Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública. (...) 6. Recurso improvido".

(RHC 106.378/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019).

O alegado excesso de prazo para formação da culpa, por outro lado, não restou evidenciado, considerando as circunstâncias e especificidades do caso em concreto. A Denúncia foi recebida em 27.08.2021. A citação pessoal ocorreu em 03.11.2021. Houve pedidos de revogação da custódia preventiva que foram indeferidos em duas oportunidades, em 13.11.2021 e 07.02.2022. Posteriormente, houve designação de audiência para o dia 11.03.2022 a comprovar que o feito vem tendo regular andamento.

Na mesma direção, o Parecer da douta Procuradoria de Justiça:

"Registre-se que o Paciente foi devidamente citado e apresentou resposta à acusação, de modo que o Magistrado já determinou a inclusão do processo em pauta de audiência, tendo adotado todas as providências para o prosseguimento da instrução processual.

Noutro vértice, veja-se que para a decretação e manutenção da prisão preventiva devem estar presentes seus pressupostos, que são a prova da materialidade e os indícios de autoria, nos termos do art. 312, parte final do CPP. Além disso, os chamados "fundamentos da prisão preventiva", previstos na parte inicial do mencionado dispositivo legal, indicam justamente qual é o perigo da liberdade do acusado para o processo. Em outras palavras, expressam o periculum libertatis, demonstrando o motivo pelo qual a prisão do réu é necessária antes do trânsito em julgado. (...)

Os requisitos que fundamentam a segregação cautelar ainda se encontram presentes, não havendo nenhuma alteração material ou processual que justifique a colocação do Requerente em liberdade, merecendo destaque, inclusive, que consta nos autos a informação de que o Paciente foi condenado à pena de 09 (nove) anos de reclusão, nos autos da Ação Penal nº 0502892-11.2017.8.05.0001, oriunda da 12ª Vara Criminal de Salvador. (ID 24941109).

Ante o exposto, acolhendo o Parecer Ministerial, voto pela denegação da Ordem de Habeas Corpus.

É como voto.

Salvador, Sala das Sessões,

Presidente

-Relator
Des. PEDRO AUGUSTO DA COSTA GUERRA

Procurador (a) de Justiça

